ASPECTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO

Themístocles Cavalcanti
(Da Universidade do Brasil)

O problema do desenvolvimento tem sido examinado principalmente em seus aspectos econômicos. Relegados têm sido aquêles que envolvem o progresso social e o progresso das instituições políticas, principalmente a cultura política do povo.

Como considerar o progresso social e a cultura política, no desenvolvimento? Como apurar a influência da cultura política e do comportamento político, no sistema geral do desenvolvimento? Como pode um povo subdesenvolvido atingir o desenvolvimento, pela melhoria das condições sociais e de educação? Como considerar o desenvolvimento econômico, sem atenção pelo desenvolvimento cultural do povo? Por que o preparo político do povo é necesário na democracia?

São outras tantas questões que merecem exame na análise do problema geral do desenvolvimento.

Temos sustentado, seguidamente, que o simples desenvolvimento econômico, sem o preparo de uma estrutura de base, sem a organização de quadros técnicos, profissionais e de govêrno, será tarefa precária, fadada a conseqüências graves.

O preparo do povo, a sua instrução, a sua educação, são indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento. Sem êle não poderá existir regime democrático — o sistema não poderá funcionar.

O que pretendemos aqui é, apenas, examinar alguns aspectos mais peculiares do problema.

Partimos, por isso, da afirmação de que sòmente uma boa estrutura política, econômica, social, pode proteger e salvaguardar os objetivos nacionais e integrar todos os elementos necessários a uma análise da conjuntura nacional, sôbre a qual se deve apoiar a política de desenvolvimento.

Sòmente o desenvolvimento em sua expressão total, que melhor se definiria como progresso social, pode permitir um amadurecimento político capaz de manter um equilíbrio social, econômico e, também, político que reduza os antagonismos e lutas e as desigualdades, prevenindo-as e evitando-as.

O progresso nacional é incompatível com uma estrutura nacional primária, com o comportamento imaturo que caracterizam o subdesenvolvimento. Lògicamente, o desenvolvimento tem que evoluir em todos os setôres, há de ser integral, para atender a êsse progresso.

O enriquecimento puro e simples de um grupo conduz a uma estrutura social e política deformada, porque o comportamento correspondente a essa estrutura de base obedecerá fatalmente a critérios fundados na própria essência de uma sociedade dominada por novos ricos e, portanto, por um antagonismo de classe incompatível com os interêsses nacionais.

O desenvolvimento, repetimos, será ilusório se não atender a setôres de base como: educação em todos os níveis, habitação, alimentação e saúde.

As desigualdades sociais e desnivelamento econômico tornarão precária tôda a política de desenvolvimento nacional, porque dentro dêsses quadros não se poderão atingir os objetivos nacionais, evitar os conflítos, controvérsias e antagonismos de tôda a ordem, nem sequer prevê-los próxima ou remotamente.

Não pode haver desenvolvimento sem uma massa eleitoral bastante numerosa e, portanto, capaz de ser informada dos problemas que interessam à coletividade, não poderão também ser feitas seleções de indivíduos capazes de exercer convenientemente os mandatos políticos, não poderá haver riqueza com elevação da renda nacional, não poderão existir técnicos, profissionais de todos os tipos e categorias, capazes de preencher os quadros de base da organização industrial, comercial, agrícola e administrativa do país.

É evidente que a riqueza é indispensável para atender a tudo isso, mas se essa riqueza fôr precária em suas bases, dificilmente poderá ser investida em dóses suficientes para atender aos setores de base a que nos referimos. Por outro lado, êsses investimentos sofrerão os mesmos defeitos que deformaram a formação dessa riqueza, invertendo a escala de prioridade.

Como se vê, o progresso e a segurança dependem de um complexo de elementos que só se realizam efetivamente com

o desenvolvimento integral, no qual o fatôr psico-social deve exercer influência preponderante.

Quando nos referimos, portanto, a desenvolvimento, não significamos o simples aumento de riquezas, que corresponde a um desenvolvimento aparente, mas um conjunto de elementos que permitem um enriquecimento da coletividade, notadamente a preparação do povo, de maneira a torná-lo apto a suportar as tarefas do desenvolvimento econômico, pela organização de quadros de tôda espécie, em todos os níveis, capazes de assumir a responsabilidade pelas tarefas próprias a cada um, tudo isso com o suporte de uma massa alfabetizada e politizada.

Quando nos referimos a subdesenvolvimento, não significamos com isso sòmente a escassez de indústria e a baixa produtividade, mas principalmente ao baixo grau de cultura e preparação do povo, a escassez impressionante de elementos humanos, tècnicamente preparados para preencher todos os claros encontrados nos ramos cada vez maiores e mais numerosos de atividade. Por isso é que não consideramos o problema do desenvolvimento em têrmos elementares, unilaterais, fantasiosos.

Da maior dificuldade é a avaliação dos diferentes graus do desenvolvimento, mas o progresso da pesquisa sociológica permitiu até agora identificar alguns elementos de maior importância para indicar os índices dessa evolução para o desenvolvimento.

O professor Samuel Hayes Júnior, Diretor da Fundação destinada à pesquisa do comportamento humano, em Anna Arbor, Estado de Michigan, conseguiu enumerar algumas dessas características interessando:

a) o indivíduo;
b) as relações sociais e institucionais;
c) os investimentos sociais.

Temos aí um excelente roteiro para a análise que nos interessa e do qual nos utilizaremos na medida do possível.

I) *Em relação ao indivíduo* 1º) Pelo desenvolvimento que se caracteriza pelo progresso da instrução elementar, dos conhecimentos científicos, de formação científica e tecnológica e da aplicação cada vez maior de métodos científicos e técnicos na solução dos diferentes problemas.

O planejamento racional, uma boa avaliação dos recursos disponíveis, a segurança de possuir os meios financeiros necessários às tarefas propostas, a preocupação da utilização racional dêsses recursos sem reflexos e repercussões que possam prejudicar à coletividade.

São padrões que indicam um preparo intelectual, um amadurerecimento social e uma compreensão das relações humanas, que só se adquire na maturidade.

Ao contrário, o comportamento dos povos subdesenvolvidos é a negação de todos os êsses princípios.

2º) Pela manifestação crescente contra os níveis de vida tradicionais, contra as relações tradicionais entre as classes sociais e contra os gêneros de atividades econômicas também tradicionais.

Como se vê, é a reação contra a rotina e contra os métodos considerados obsoletos pelo novo comportamento do homem perante os seus problemas.

Não só a elevação dos padrões individuais, mas também a natureza e a qualidade dêsses padrões, o tratamento das relações entre os grupos de classes sociais obedecendo às normas novas são exigências do desenvolvimento, que é, em si mesmo, um processo de alteração dos valores humanos no sentido do aperfeiçoamento do homem e da sociedade.

No subdesenvolvimento, a preferência pelos processos rotineiros e a reação contra a sua mudança são características.

3º) Pela crescente convicção de que o progresso econômico e social pode ser atingido graças ao emprêgo de novas técnicas e de novas atividades econômicas. O desenvolvimento econômico será, assim, o resultado não só do emprêgo de novas técnicas, mas, antes de tudo, a formação de uma nova estrutura social, de uma transformação no comportamento das classes sociais, em virtude da criação de novas categorias econômicas e principalmente de novas atividades econômicas que obedeçam a uma conceituação nova de vida.

Essa convicção só pode ser o resultado de uma intensa formação tecnológica, sem a qual êsse espírito não pode ser absorvido pela coletividade.

4º) Pela convicção crescente de que o progresso social e econômico pode ser assegurado pela competência e esfôrço individual mais do que pelos privilégios e influências políticas,

pela corrupção, pelo parentesco, pelo espírito de casta, de condição social, de nacionalidade, de raça, de religião ou de sexo.

O conceito de valor tem assim de evoluir, passando de critérios fundados exclusivamente na condição social ou política do paternalismo, no filhotismo, no coronelismo, na corrupção, características do subdesenvolvimento, para um sistema de valores, avaliados em função de atividade específica de cada um e da capacidade para o seu exercício.

Os métodos de seleção aperfeiçoaram-se, o sistema do mérito pode tornar-se uma realidade, a forma democrática do acesso de todos de acôrdo com a sua capacidade pode realizar-se desde que o sistema esteja coberto por um regime de moralidade generalizado, fruto de um comportamento adequado.

5º) Pela definição de mais em mais exata, das vantagens econômicas que cada indivíduo espera da sociedade e das obrigações econômicas de cada um para com a comunidade.

Êsse espírito substitui um regime de garantias vagas, que cada um espera da sociedade ou da família ou de obrigações mal definidas, que cada qual deve à sociedade ou à família.

São obrigações que podem ser situadas no campo da família como no da cidadania, e que se desenvolvem com o progresso social, o aperfeiçoamento das relações humanas, a melhor compreensão da posição do Estado em relação ao indivíduo, e que se adquirem pela educação e pela capacidade econômica.

O subdesenvolvimento ignora êsse sistema de obrigações, desliga o indivíduo do grupo social, ignora também a verdadeira função dos grupos humanos e a natureza das relações do homem com o seu grupo e, portanto, com os grupos políticos.

Essa consciência social e política, cívica e humana só se adquire também pela educação e pela melhoria do nível de vida.

6º) Pelo crescente zêlo pela probidade comercial e cívica, pelo respeito cada vez maior aos contratos e relações econômicas.

Êste progresso só pode ser atingido pela educação e pelo sentimento de relativa estabilidade econômica.

Não se pode negar também que o meio exerce sôbre os indivíduos, neste particular, influência preponderante, conseqüente a um regime de corrupção generalizada, a uma instabilidade política ou financeira que atinge tôda a coletividade.

Não quer dizer que nos países desenvolvidos não existam essa deformação nas relações humanas, mas evidente que a média geral do comportamento, ali, obedece a outros padrões e a um nível médio de comportamento mais elevado.

II) *Com referência às relações sociais e às instituições,* podem ser feitas as seguintes observações gerais, que aqui também podem e não devem ser generalizadas, porque aqui e ali se podem encontrar exceções perfeitamente compreensíveis:

1º) O maior desenvolvimento das comunicações entre os indivíduos graças à unidade de língua, ao progresso da instrução elementar, às técnicas de comunicações, a uma maior mobilidade social.

Não se pode tomar êsse critério em têrmos muito gerais, porquanto o progresso tecnológico tem permitido em certos países o desenvolvimento em alguns setôres de comunicações, que não se pode colocar no mesmo nível de desenvolvimento social ou cultural; por isso mesmo, a natureza das relações e das comunicações entre os indivíduos deve entender-se em função de um mínimo de instrução elementar, para que essas relações sejam realmente um índice de desenvolvimento e um meio de aperfeiçoamento das relações humanas.

A instrução elementar contém um mínimo essencial para que a sociedade organizada possa utilizar-se dos meios de comunicação, para um real desenvolvimento nos setôres de base de cada país.

2º) A multiplicação das possibilidades econômicas graças ao declínio dos monopólios e à existência de organizações que eliminam as concorrências, as facilidades de crédito e maior mobilidade no mercado do trabalho.

É evidente que em uma sociedade desenvolvida os meios de resistência aos monopólios e a luta contra a pressão econômica são mais eficazes do que nos países subdesenvolvidos, sem instituições adequadas para essa proteção e sem os meios de resistência à sedução das fôrças econômicas.

3º) Remuneração melhor da atividade econômica, graças a reformas de base, notadamente as reformas agrárias, a medidas fiscais e à intervenção adequada do poder público.

É evidente a necessidade de modificação de algumas estruturas tradicionais e que serviram de base a organizações econômicas, não mais toleradas na sociedade moderna.

É preciso também não confundir a melhoria natural da remuneração com o fenômeno anormal da elevação dos salários e lucros, ou em virtude de um processo inflacionário, ou em conseqüência do pleno emprêgo, ou da escassez de mão-de-obra qualificada, ou da falta de elementos capazes de suprir o mercado de trabalho.

4º) Fortalecimento dos grupos favoráveis às mudanças necessárias para acompanhar a transformação da estrutura social, produzindo, conseqüentemente, enfraquecimento dos grupos contrários a essas mudanças.

Para atingir êsse objetivo, é preciso a implantação de uma mentalidade progressista ou de uma educação média generalizada e aperfeiçoamento do ensino técnico. A criação dêsse estado de espírito importará necessàriamente no enfraquecimento dos que reagem às mudanças necessárias à implantação de um sistema social que valorize o homem e reduza os meios de opressão.

O comportamento dos homens e dos grupos sociais terá de se ajustar, como sempre se ajustou, em todos os períodos da história, às exigências do progresso social e político.

5º) Aumento da atividade oficial, isto é, da interferência do Estado nos serviços públicos, com o propósito de favorecer o progresso econômico e social.

Essa política já se vem desenvolvendo desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Novos processos de execução de serviços públicos, diretamente ou por órgão descentralizado, vêm alargando a área de penetração da intervenção do Estado, não só no terreno econômico, mas ainda dos serviços públicos pròpriamente dito, na assistência e previdência social.

O perfeito funcionamento, entretanto, dessa vasta rêde de atividade pressupõe quadros administrativos preparados para estas tarefas e o comportamento austero, a fim de evitar os desvios dessas atividades lícitas para fins de interêsse pessoal ou apenas de interêsse político.

Numerosos estudos têm sido feitos nesse sentido; ainda nos países mais desenvolvidos e divergentes têm sido as análises do comportamento político e administrativo nesses setores.

Em nenhum outro setor, porém, exige-se maior maturidade do que naquêle limitado pelas atividades do Estado.

III) *Em relação aos investimentos sociais,* isto é, a aplicação dos recursos da coletividade, algumas observações me-

recem ser feitas pela relevância do problema, atendendo principalmente à necessidade de restabelecer uma ordem de prioridade na aplicação dêsses recursos.

1º) Verifica-se com o desenvolvimento o aumento sensível dos investimentos para a educação, para a saúde e higiene pública e abastecimento d'água.

Aqui se estabelece para êsses problemas uma ordem de prioridade, a que se segue um segundo grupo também essencial, mesmo para realização dos primeiros objetivos enumerados. Êsses segundos investimentos devem-se destinar aos transportes, comunicações, energia elétrica e irrigação.

Nos países subdesenvolvidos, o fenômeno mais freqüente é a prioridade para os investimentos suntuários, de pura aparência e que só deveriam prosperar na base de uma estrutura social e econômica com um mínimo de condições de vida.

O efeito dessa política sôbre a coletividade é puramente negativo, sob o ponto de vista do exemplo e da educação, conduzindo indivíduos que não possuem nível de vida adequado, à desordem na sua economia privada, a preferências que não são das mais adequadas ao seu progresso como, por exemplo, a preferência por um rádio ou por uma televisão, tornando em necessidade mais profunda e imediata de vida.

É impressionante na maioria das áreas subdesenvolvidas do mundo que êsse estado de atraso é devido, em grande parte, ao analfabetismo, à moradia em péssimas condições, à ausência de higiêne e de saúde. Verifica-se, também, a atitude de inércia do poder público em face dêsses problemas, inércia que corresponde muitas vêzes a um temôr inconsciente de uma modificação da estrutura social ou das posições políticas.

No conceito da ciência política universal, é êsse, entretanto, um comportamento político caracterizadamente subdesenvolvimentista.

Finalmente, na última ordem de prioridade, aumento de investimentos nos setôres da administração, da política e das fôrças armadas.

Êsse investimento é, entretanto, essencial à própria existência de uma coletividade social e polìticamente organizada.

É interessante observar, porém, o perigo de um desenvolvimento, sem atender à formação do homem e dos grupos sociais. Esta exigência é aplicável a todo e qualquer setor do

desenvolvimento: econômico, administrativo, político, militar, etc.

A apreciação unilateral de qualquer um dêsses problemas, e o desconhecimento dessa ordem de prioridades, revela um comportamento político e humano fortemente influenciado pelos resíduos de uma formação mental ainda inspirada em padrões de subdesenvolvimento.

Mas o tema de maior interêsse, para nós, abrange antes de tudo o aspecto político do problema, o que significa uma constante remissão não sòmente às estruturas como ao comportamento político.

Não é fácil organizar um plano que dê realmente uma possibilidade de análise de estrutura e de comportamento, dentro de um sistema tão amplo como é êste que estamos analisando.

As nossas preferências inclinam-se por uma referência, já que estamos no setor político, aos três elementos que influem diretamente na formação do sistema político como também aos órgãos que integram o sistema de cúpula do poder do Estado.

Os que influem na formação do poder político são os seguintes:

1º) o eleitorado;
2º) os partidos políticos;
3º) os grupos de pressão ou de interêsse.

Os podêres ou os órgãos de Estado cobrem por sua vez as três áreas — legislativa, executiva e judiciária.

O eleitorado é, por definição, o grupo constituído pelos indivíduos que gozam de capacidade política ativa.

A composição do eleitorado, e principalmente as suas qualidades, depende evidentemente de condições gerais, organização social, nível econômico, etc.

Será o eleitorado sempre o reflexo dessas condições, bem como de qualidades pessoais ou do grupo social de que participa.

O seu comportamento também, embora propicie grandes surprêsas, está condicionado aos elementos que entram na sua formação. Muitas vêzes um comportamento, que parece

ser determinado pela falta de cultura ou pelo subdesenvolvimento, pode-se repetir em países desenvolvidos. Mas, de um modo geral, o comportamento nas áreas e nos meios de educação mais elementar será mais superficial, motivado por uma sensibilidade mais periférica ou primária, enquanto que nos meios mais cultos ou adiantados deve obedecer a outros interêsses e a outros pressupostos, mais conscientes.

A preferência será dada a um amigo, a um homem reconhecidamente bom, a alguém que possa servir, a um parente, em um caso, enquanto que no outro será dada àquele que representar certos grupos de interêsses, certo grupo político, maior capacidade administrativa ou um grupo mais próximo daquele eleitor.

A avaliação dos valôres e os critérios de seleção serão diferentes.

Embora deva-se ter um certo ceticismo e fazer certas reservas a padrões absolutos de comportamento, verifica-se, entretanto, que nos grupos mais desenvolvidos sob o ponto de vista educativo predomina o interêsse da coletividade.

O problema da capacidade política sugere algumas observações que não poderiam ser omitidas nesta altura do nosso trabalho.

O professor Guerreiro Ramos, em livro sôbre o problema nacional brasileiro, afirma, entre outras coisas, que "a capacidade política gera a capacidade econômica".

Estaria de acôrdo com a afirmação, mas partindo de pressupostos outros que não os do ilustre sociólogo.

A afirmação é verdadeira, a nosso ver, se considerarmos a capacidade política como resultado de um sistema democrático que tem a sua base na alfabetização e educação do povo, na formação de uma consciência popular, apta a realizar em sua integridade o poder político.

O ilustre professor, segundo pude compreender das suas palavras, reduz a capacidade política aos quadros dirigentes, julgando necessária a implantação de uma ideologia, principalmente no campo econômico, ideologia que comprometa o economista em uma atitude, em uma certa atitude no estudo das questões nacionais.

Impõe, por isso, aos funcionários da República instrução ideológica.

Ousamos divergir do ilustre professor. O regime democrático, e portanto a organização dos quadros políticos, depende do preparo e consciência do eleitorado. Sem êsse preparo, o contrôle político será precário e o comportamento político será também dominado por interêsses de grupos.

A fórmula proposta permite uma solução periférica que corre o risco de fazer desligar os quadros dirigentes dos interêsses nacionais. A mencionada ideologia poderá ser imposta pela classe dominante, com maior ou menor ressonância nas camadas populares.

É sabida a conseqüência dêsse estado de espírito nas classes dominantes, que preferem geralmente, como tem ocorrido entre nós, mudanças superficiais a transformações de base, social ou política ou econômica. A ideologia reverterá em benefício de poucas.

A ideologia válida, considerando-se ideologia como a formulação de um estrutura que supere a realidade vigente, só pode ser aquela que tenha por objetivo elevar o nível da coletividade humana, pela valorização do indivíduo moral, intelectual e materialmente. Essa ideologia é que pode conduzir realmente a definição dos objetivos nacionais pelo preparo de uma coletividade capaz de resolver os seus próprio destinos.

Não há coletividade rica, em seu sentido humano, constituída de homens pobres intelectual e econômicamente.

A valorização do homem não se pode realizar sòmente pela riqueza e pelo dinheiro. A prioridade do desenvolvimento econômico só pode contribuir para organização de uma sociedade deformada pela riqueza, pelo dinheiro e, portanto, fundada na injustiça social. É uma concepção materialista da sociedade, que eu, pessoalmente, considero perigosa e fatal à nossa civilização.

Ora, o eleitorado é a origem do poder no regime democrático e o eleitorado deve ser a expresão da maioria senão da totalidade dos homens em idade de exercer o direito do voto.

Nós não conseguimos, infelizmente, incorporar essa maioria ao nosso corpo eleitoral, o que o torna de alguma forma inexpressivo por fôrça de um fenômeno de subdesenvolvimento.

Por outro lado, a superestrutura política será precária, qualitativa e quantitativamente, se não se apoiar em uma sólida infra-estrutura com bom nível econômico e politicamente consciente. Dali é que sairão os grandes quadros da vida pú-

blica e da iniciativa privada, sôbre os quais se deve apoiar a nação.

Grave, portanto, é o reflexo de um eleitorado fraco e diminuto sôbre a formação dos órgãos de cúpula no poder político.

Os partidos políticos, nos países em que o eleitorado é menor e representa, portanto, uma parte pequena da população, representarão também em grau muito menor os interêsses daqueles que não têm sequer o direito de participar e não devem participar, por falta de condições essenciais, do processo eleitoral.

Por outro lado, também o número de pessoas qualificadas para receber o mandato eletivo será em menor número, principalmente tendo-se em vista a escassez numérica dos quadros profissionais, industriais e comerciais, que absorvem em grande parte os elementos úteis da população.

A própria composição do eleitorado e as particularidades do sistema eleitoral facilitam, como é notório, a corrupção política.

Indivíduos sem a menor tradição política e enriquecidos ràpidamente conquistam cadeiras no Congresso. A qualificação do homem para representação política é feita freqüentemente em bases absolutamente falsas.

Se é verdade que a maioria dos parlamentos do mundo se ressentem da falta de habilitação técnica de grande número de seus representantes, êsse defeito ainda é mais evidente naquêles países em que o número de pessoas preparadas para essa tarefa é escasso, sendo muitos os setôres da vida pública ou privada a serem preenchidos por êsse pequeno número de pessoas habilitadas.

Uma das conseqüências dessa improvisação política é a falta de tradição e de raízes ideológicas, falta que se reflete negativamente na formação dos quadros e na disciplina partidária.

Os partidos orientam-se dessa forma por um comportamento oportunista, instável, função de interêsses políticos de momento. Daí a falta de unidade na linha partidária, quebra ou ausência de disciplina interna, transigências fundamentais na luta pelo poder.

Daí também as soluções demagógicas, a preferência pelas iniciativas superficiais, a inércia, ou o mêdo de reforma de

base, o cortejo à publicidade, a corrida para quem chegar primeiro nas iniciativas demagógicas, tudo com o objetivo de favorecer o homem e não o partido.

É possível e mesmo provável que alguns dêsses fatos também ocorram em países onde a atividade política obedece a padrões mais elevados, mas a verdade é que o gôsto pelo supérfluo, as soluções vistosas, o exagêro, o comportamento perdulário caracterizam os povos como os homens imaturos para a vida pública.

Entre nós os partidos como os governos não se preocupam com os problemas de base, pouco interessam os problemas educacionais, de moradia própria e outros indispensáveis à elevação do nível social, votam desprêzo aos que se preocupam com êsses problemas.

No fundo deve existir um temor do aperfeiçoamento do eleitorado e deve ser indesejável a indispensável mudança, para melhor, nos padrões de vida e de educação.

Os grupos chamados de pressão ou interêsse são da maior importância nos países subdesenvolvidos, mas porque mais vulneráveis a pressões internas e externas, são países mais necessitados de auxílio e, por isso, muitas vêzes dispostos a transigir para a aquisição das coisas de que mais precisam.

Faltam a êsses países elementos de defesa contra as investidas dêsses interêsses. É o comportamento geral do pobre diante do rico.

É uma das orígens legítimas também do nacionalismo, defesa natural contra tôda a espécie de colonialismo. É orígem natural de tôdas as organizações políticas independentes, foi inclusive a dos Estados Unidos contra o abuso da interferência econômica da Inglaterra.

Segundo Charles e Mary Beard, no seu conhecido livro sôbre a história dos Estados Unidos, uma das causas da independência americana, conforme se lê à pág. 99, foi o propósito da Inglaterra de sujeitar a então colônia aos seus interêsses comerciais.

É a pressão econômica que provoca natural reação dos países coloniais ou subdesenvolvidos, sem que seja necessário para chegar a essa conclusão fazer a psicanálise dêsses povos ou lhes atribuir complexos inexistentes.

É natural e humano o temor do mais fraco diante do poder econômico, temor justo de que a penetração econômica

do mais forte elimine ou reduza a autonomia cada vez mais necessária e indispensável ao crescimento independente.

E êsse temor é tanto mais justificável quanto melhor se conhece o progresso da técnica de infiltração econômica como ideológica.

Mesmo sob o ponto-de-vista institucional precários são os meios de defesa porque fácil é ao rico subvencionar a propaganda que elimina, com essa própria subvenção, a ação de crítica dos instrumentos de publicidade que se confundem na maioria das vêzes com os próprio instrumentos de crítica.

A pressão econômica, ou a sua simples ameaça, alimenta fartamente o movimento nacionalista, quer aquêle de boa-fé e portanto legítimo, quer de mera exploração e, por conseguinte, ilegítimo.

O problema dos países subdesenvolvidos, para muitos, não se pode resolver com a luta entre ideologistas, mas com aquilo que Emile Girardeau qualificou muito bem de luta entre dois métodos de govêrno, cujas ligações com as doutrinas que os inspiram têm, no caso, importância secundária (*Le progres sociale* — pág. 225).

Vale a pena meditar sôbre essa afirmação e observar o que ocorre na política e na administração de muitos países que procuram conservar os métodos rotineiros de govêrno e de administração, métodos puramente empíricos, que não se socorrem das modernas técnicas de planejamento e de racionalização da administração pública, conduzindo o país a um regime desordenado, sem qualquer limite de ordem técnica ou mesmo de ordem jurídica.

É preciso não ligar êsses novos métodos políticos e administrativos, necessàriamente, à ideologia política, que inspiram uma agravação da política discricionária, com os métodos já hoje pacìficamente adotados pelas nações democráticas.

O que caracteriza a utilização dessas técnicas novas é uma limitação legal dos podêres e uma disciplina jurídica que impedem a deformação do regime democrático e evitam a implantação de uma ditadura pessoal, seja ela de natureza técnica ou de natureza política.

Seria interessante desenvolver êsse tema das implicações do processo tecnológico e das novas técnicas administrativas sôbre a estrutura política e sôbre o comportamento dos homens de govêrno. Sem entrar em maiores indagações, poderíamos, desde logo, firmar o princípio de que a fronteira entre os re-

gimes e ideologias está entre o respeito ou o desrespeito às normas constitucionais e legais, entre o comportamento discricionário e o comportamento obediente à disciplina legal dos homens de govêrno.

Estou pessoalmente convencido que dentro dos métodos rotineiros de govêrno que herdamos do século XIX, quer em relação à política interna como à exterior, e que obedecem ao esquema tradicional, difícil, senão impossível, é uma emancipação política e econômica que salve o homem de um sistema pior do que a miséria individual, que é o da submissão coletiva.

É preciso meditar sôbre as conseqüências da política colonialista e a incompreensão dos homens responsáveis pela política e pela economia internacional. As reações de populações pobres e subdesenvolvidas, mas conscientes de uma desigualdade gritante, podem conduzir um povo a um comportamento equívoco para o mundo exterior, mas compreensivo dentro da conjuntura político-econômica e social do mesmo povo.

É verdade que a tendência de uma opinião supostamente conservadora é para qualificar pejorativamente êsse comportamento de reação humana, mas não seria lícito considerar problema tão complexo de forma primária. A análise dêsse comportamento pode e deve conduzir os responsáveis pela direção da política mundial a uma revisão da política exterior, principalmente no setor econômico.

Foi a revolta contra os métodos de uma política internacional, construída na base de interêsses comerciais e econômicos, que conduziu muitos Estados aos braços da nefasta influência comunista, porém, mais sutil, mais viva, mais objetiva do que a dos povos ocidentais.

Quando falo, entretanto, de novos métodos de govêrno, estou longe de pensar em qualquer processo ditatorial, ou de um sistema dominado puramente pela técnica; refiro-me apenas na utilização das novas técnicas administrativas empregadas para transformação de uma coletividade sofredora, em instrumento do progresso social, menos personalista, menos interesseiro, menos demagógico, mais impessoal, mais seletivo de valores humanos, debaixo de um contrôle legìtimamente democrático.

A política exterior deve sofrer o impacto dessa filosofia em relação a todos os povos, mesmo aos países subdesenvolvidos, utilizando métodos novos e inspirando-se em uma filosofia que não pode ser a da expansão capitalista nos têrmos do século dezenove. Será necessàriamente uma política em bases humanas.

BIBLIOTECA
Fundação Getúlio Vargas

Segundo mostrou o padre Lebret, o dilema do Ocidente é o do suicídio ou sobrevivência. A continuação da política tradicional conduz à morte, e a reformulação dessa política em função de interêsses comuns, abolindo as hierarquias econômicas, só pode conduzir a um renascimento.

Quanto à estrutura, o que se nota freqüentemente é um desnível entre a excelência das instituições e a falta de quadros capazes de realizar, em sua plenitude, os fins dessas instituições.

Explica-se a excelência das instituições, pelo natural mimetismo legislativo, pela facilidade de uma transplantação fundada em processos empíricos e elementares a que se contrapõe uma deficiência de quadros alarmante, deficiência em número e qualidade.

Não é segrêdo para ninguém que faltam engenheiros, faltam médicos, faltam economistas, faltam enfermeiras, faltam políticos, faltam administradores, faltam pesquisadores de todos os tipos e padrões, faltam especialistas de todos os tipos e tamanhos, em nível cultural desejável.

E, se esta falta é sensível mesmo nos países desenvolvidos, o que não ocorrerá nos demais que não dispõem de recursos financeiros para grandes investimentos nesse terreno?

Nestas condições ousaríamos formular, tìmidamente, algumas conclusões gerais, sôbre o tema abordado, e que são as seguintes:

1º) A existência, em todos os povos, de uma fase de subdesenvolvimento que se reflete na organização e na estrutura social, econômica e política, dando-lhe feição peculiar.

2º) A importância do reflexo dêsse subdesenvolvimento, no comportamento individual e dos grupos, na vida social e política dêsses países, comportamento que se pode identificar por padrões mais ou menos determinados, nos países de nível semelhante de desenvolvimento.

3º) A política dêsses países no campo interno como externo deve obedecer a certas formulações, com o objetivo de assegurar um desenvolvimento integral a uma especial proteção no campo internacional, contra as pressões prejudiciais à vida e à economia interna dêsses países.

São essas as rápidas observações que considerei necessárias para formulação de um problema que não pode ser coberto por um simples artigo doutrinário, mas que deveria ser objeto

de demorada pesquisa, envolvendo não sòmente a estrutura, mas também o comportamento dos homens e das instituições vigentes em nosso país.

Estou certo que tal pesquisa nos traria surprêsas, muitas decepções, mas muitos alentos. De qualquer forma, bem espelharia essa tão falada realidade brasileira, realidade que sentimos, mas não compreendemos nem interpretamos e, portanto, dificilmente podemos formular uma ideologia que exprima realmente os anseios da nossa nacionalidade.

A S S I N E :

CONJUNTURA ECONÔMICA — REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA — REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO — ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA — REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA

Editadas pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Pedidos à
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
PRAIA DE BOTAFOGO, 186 - FONE: 46-4010 - RAMAL 15
RIO DE JANEIRO